

JOÃO BATISTA LOPES

**EVOLUÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA
DE CURITIBA NAS EMPRESAS METALÚRGICAS ANOS 90**

**Trabalho apresentado como requisito
parcial à obtenção do grau de bacharel
em Ciências Econômicas na
Universidade Federal do Paraná.**

Orientador: Prof^o. Luiz Xiscatti

**CURITIBA
2004**

TERMO DE APROVAÇÃO

JOÃO BATISTA LOPES

EVOLUÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA NAS EMPRESAS METALÚRGICAS ANOS 90.

Monografia aprovada como requisito parcial para conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela comissão examinadora formada pelos professores:

Orientador: -----


Professor Luiz Xiscatti

Departamento de Economia da UFPR



Professor Adilson Antonio Volpi

Departamento de Economia da UFPR



Professor Othon Juruá Rolim de Souza Reis

Departamento de Economia da UFPR

Curitiba, fevereiro de 2004.

SUMÁRIO

i

LISTA DE GRÁFICO	iii
LISTA DE TABELAS	iv
LISTA DE QUADROS	v
RESUMO	vi
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 PROBLEMA	4
1.2 HIPÓTESES	4
1.3 OBJETIVOS	4
1.3.1 Objetivo Geral	4
1.3.2 Objetivo Específico	4
1.4 JUSTIFICATIVA	5
1.5 METODOLOGIA	5
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
2.1 TECNOLOGIA E COMPETITIVIDADE	11
2.2 DESESTABILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO ANOS 90	12
3 INFLUÊNCIA DOS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NOS NÍVEIS DE EMPREGO NOS ANOS 90	14
3.1 ANTECEDENTES DO PLANO	15
3.1.2 Desemprego no Plano Real	20
3.1.3 Globalização no Mundo Contemporâneo e a sua Relevância no Nível de Emprego	24

3.2 IMPACTO DA ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA NO MERCADO DE TRABALHO	25
3.2.1 Consequência da Abertura Comercial no Nível de Emprego na Indústria de Bens de Capital e de Transformação.....	26
3.2.2 Progresso Técnico e Reestruturação Empresarial e os seus efeitos nos níveis de emprego.....	27
3.3 MECANISMOS DE SUSTENTABILIDADE DO EMPREGO NO CAPITALISMO MODERNO.....	31
4 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO NA RMC	34
4.1 COMPORTAMENTO NO NÍVEL DO EMPREGO NO PERÍODO DE 1990 A 1999 NO BRASIL.....	35
5 CONCLUSÃO	46
6 BIBLIOGRAFIA	50

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE FALÊNCIAS REQUERIDAS EM CURITIBA	
1990/1995.....	21

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO 1990/1999	14
TABELA 2	EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE INFLAÇÃO 1990/1991	18
TABELA 3	BRASIL: MOTIVOS DAS ESTRATÉGIAS DE AJUSTES EM GRANDES EMPRESAS PÓS-90	21
TABELA 4	VARIAÇÃO ANUAL DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, TAXA DE DESOCCUPAÇÃO E PIB EM % BRASIL 1990	38
TABELA 5	ÍNDICE ANUAL DE PREÇOS – IGPM- BRASIL 1990/1995.....	38
TABELA 6	EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SUBSETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA BRASIL 1989/1999.....	39
TABELA 7	ESTIMATIVA DA PEA, OCUPADA E DESEMPREGADA GRANDE CURITIBA 1995/1997.....	42
TABELA 8	TAXA DE DESEMPREGO, POR TIPO GRANDE CURITIBA- 1995/1997 (EM %).....	42
TABELA 9	TAXA DE DESEMPREGO POR SEXO E IDADE GRANDE CURITIBA.....	43
TABELA 10	NÍVEL DE OCUPAÇÃO, POR SETOR DA ECONOMIA GRANDE CURITIBA – 1995/1997 BASE MÉDIA DE 1995=(100)	44
TABELA 11	ÍNDICE DE EMPREGO, REDIMENTO MÉDIO REAL E MASSA DE RENDIMENTOS REAIS GRANDE CURITIBA- 1995/97 (BASE: MÉDIA DE 1995 =100)	44
TABELA 12	EMPREGO FORMAL NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS RMC POR SUBSETOR E ATIVIDADE.....	46

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	EVOLUÇÃO DA PEA, DA CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E DESEMPREGO 1989/1995	19
QUADRO 2	NÚMERO DE FALÊNCIAS REQUERIDAS EM CURITIBA 1990/1995.....	21
QUADRO 3	DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL BRASIL 1994/1999.....	24
QUADRO 4	INFLAÇÃO MÉDIA PRÉ E PÓS-REAL.....	24
QUADRO 5	PRINCIPAIS PRECEDENTES NORMATIVOS CANCELADOS PELO TST.....	25
QUADRO 6	LINHA CRONOLÓGICA DAS MEDIDAS.....	25
QUADRO 7	CARACTERÍSTICA DA ATUAL REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA.....	31
QUADRO 8	REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E EFEITOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO	32
QUADRO 9	COMPARATIVO DAS TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE DESEMPREGO E PIB ENTRE 1981 A 1998 NO BRASIL	36
QUADRO 10	NÚMERO DE EMPREGADOS, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E EVOLUÇÃO PERCENTUAL.....	45

RESUMO

A década de 90 foi caracterizada por vários fatores no âmbito nacional e internacional que de certa forma tiveram papel fundamental quanto ao nível de atividade econômica e sobretudo na quantidade de postos de trabalho. Os planos de estabilização econômicos colocados em prática pelos então dirigentes da nação com o intuito de reduzir os altos índices inflacionários fizeram com que o país mergulhasse numa profunda recessão, que de certa forma impediu um maior crescimento da economia. As causas sociais foram relegadas a segundo plano, os níveis de investimentos foram reduzidos, o crescimento econômico se manteve praticamente estagnado. A partir de uma maior abertura comercial no início de 1990, bem como a diminuição das barreiras de importações e exportações através das reduções tarifárias, forçaram a competitividade entre as empresas e conseqüentemente muitas delas por não possuírem capacidade tecnológica para melhorarem a qualidade dos produtos produzidos acabaram fechando. Os donos de capital entendem que uma das alternativas possíveis para se solucionar esta questão e os seus impactos sociais é, a flexibilização dos contratos trabalhistas, fazendo com que os trabalhadores percam ainda mais. Este panorama requer uma atenção especial por parte das autoridades governamentais, no sentido de buscarem mecanismos que fomentem o crescimento econômico, estimulem os investimentos, gerem renda e melhorem a qualificação do trabalhador, sobretudo daqueles desprovidos de uma melhor qualificação. Enfim, o aumento de máquinas cada vez mais sofisticadas na produção, combinadas com o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, somadas às políticas econômicas que inibem a produção, com as altas taxas de juros e câmbio sobrevalorizado, criam uma expectativa negativa para o futuro, pois a População Econômica Ativa vem aumentando a uma taxa maior do que a taxa dos postos de empregos criados pelo setor produtivo.

1 – INTRODUÇÃO

Desde os primórdios dos tempos o ser humano luta incessantemente por uma melhor qualidade de vida e por melhores condições de sobrevivência, e tal questão não é diferente no mundo contemporâneo e sobretudo no Brasil, que apesar de ser uma das maiores economias do mundo e possuir no seu território fontes de riquezas naturais em abundância, uma grande maioria do seu povo sobrevive em condições muitas vezes subumanas, sem as mínimas condições de dignidade, chegando ao absurdo de não ter nem o alimento para o suprimento de uma de suas necessidades fisiológicas como, a possibilidade de saciar a sua fome. O Brasil é um dos países onde há uma grande concentração de renda nas mãos de uma minoria, em detrimento de uma grande parcela da população e a pergunta é: o que se pode fazer para mudar esta triste realidade? Muitos economistas membros da CEPAL já no período de 1950 procuravam de certa forma algumas respostas para uma possível minimização do baixo crescimento econômico do país e a deficiência no padrão de vida da população, até mesmo no período do milagre econômico brasileiro onde as taxas de crescimento da economia brasileira alcançaram patamares elevadíssimos sendo a economia que mais crescera, o nível de qualidade de vida da população menos desprovida de recursos não conseguiu melhorar satisfatoriamente.

O que se presenciou nos anos noventa foi o país mergulhado numa profunda recessão econômica provocada pelos planos de estabilização, que no intuito de debelar a inflação através de medidas ortodoxas relegando a segundo plano algumas especificidades como: as questões do crescimento econômico as causas sociais e o emprego, a serem resolvidas no longo prazo, provocaram desta forma uma estagnação econômica, retração dos postos de trabalho e a diminuição da demanda por consumo. Pode-se destacar também que o avanço tecnológico, a globalização e as políticas neoliberais deste período, com uma maior abertura comercial iniciada no governo Fernando Collor de Melo, que alavancaram um maior

acirramento competitivo entre a indústria nacional e as estrangeiras e contribuíram decisivamente para um menor aumento de postos de trabalho neste período em questão.

Todas essas especificidades do desenvolvimento econômico brasileiro, bem como as políticas econômicas que de certa forma impedem um maior crescimento do sistema produtivo (juros elevados e a inibição de incentivos) deixam as pessoas desprovidas de renda e emprego e em uma situação precária, pois o exército industrial de reserva aumenta a “passos largos” bem como o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza.

Os donos de capital entendem que uma das alternativas possíveis para se solucionar esta questão e os seus impactos sociais é a flexibilização dos contratos trabalhistas, fazendo com que os trabalhadores percam ainda mais. Este panorama requer uma atenção especial por parte das autoridades governamentais no sentido de buscarem mecanismos que fomentem o crescimento econômico, estimulem os investimentos, gerem renda e melhorem a qualificação do trabalhador, sobretudo daquele desprovido de uma melhor qualificação.

O presente estudo tem por finalidade investigar a evolução dos postos de trabalho em Curitiba e Região Metropolitana nas indústrias metalúrgicas nos anos 90.

A priori serão abordados fatores macroeconômicos relevantes que perduraram e influenciaram a economia nacional neste período de uma forma relativamente genérica, para posteriormente se chegar ao levantamento dos dados do tema em questão e a sua análise

Neste período as políticas econômicas adotadas pelos representantes da nação dificultaram um maior crescimento da indústria nacional, somadas a reestruturação produtiva por parte das indústrias com o objetivo de se manterem competitivas propiciaram o aumento do desemprego e de ocupações precárias, contribuindo para o agravamento das condições de sobrevivência de alguns segmentos da sociedade.

O trabalho será dividido em três capítulos. A primeira parte contemplará a fundamentação teórica do trabalho, através da descrição de alguns tópicos dos pensamentos e idéias dos principais pensadores econômicos sobre o tema proposto, além de uma introdução.

Na segunda parte se procurará analisar as políticas econômicas e os seus reflexos no crescimento da economia e conseqüentemente na geração de novos postos de trabalho no período em questão, durante os governos: Fernando Collor de Melo a Fernando Henrique Cardoso.

E ainda serão abordadas as conseqüências sócio-econômicas causadas pelo aumento de novas tecnologias por parte das empresas, procurando enfocar a substituição do trabalhador por máquinas e conseqüentemente a diminuição de postos de trabalho e o crescimento do trabalho informal.

No terceiro capítulo se procurará mostrar através de indicadores a evolução dos postos de trabalho, bem como a análise dos índices de emprego e desemprego, relativos a Curitiba e Região Metropolitana e posteriormente as conclusões de encerramento do trabalho.

1.1 - PROBLEMA

Quais são os fatores determinantes que contribuíram para a variação do número de vagas nas empresas metalúrgicas de Curitiba e região Metropolitana?

1.2 - HIPÓTESES

As empresas, buscando a racionalidade entre produtividade e custo de produção, tem reduzido alguns postos de trabalho.

O avanço tecnológico é um dos fatores que contribuem para inovações em todas as esferas da sociedade de certa forma facilitando a vida das pessoas, contribuindo para uma variação do número de empresas.

A globalização e a abertura comercial aumentam a competitividade entre os setores produtivos forçando as empresas a se reestruturarem e de certa forma contribuindo para a variação do número de empregados.

1.3 – OBJETIVOS

1.3.1 – OBJETIVO GERAL

O trabalho terá como objetivo analisar as alterações que o mercado de trabalho sofreu nas empresas metalúrgicas na década de 90, após um período de relativa estabilidade econômica.

1.3.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

O impacto da abertura comercial no sistema produtivo bem como no número de postos de trabalhos no Brasil.

O impacto da política econômica adotada no período de 1990 sobre o nível de atividade e produtividade das empresas metalúrgicas.

1.4 - JUSTIFICATIVA

O trabalho justifica-se pelo fato do tema proposto ser de fundamental relevância para os cidadãos, pois as pessoas só podem embasar e planejar as suas vidas se estão trabalhando e sendo remuneradas pela atividade desenvolvida. Percebe-se que num período de recessão, com uma baixa atividade econômica e diminuição dos níveis de empregos os trabalhadores assalariados que não tem uma qualificação melhor e por colocar à disposição dos empresários somente a sua força de trabalho são os mais prejudicados. Outra questão de fundamental relevância são as consequências geradas pela falta de emprego, pois muitas pessoas, não encontrando o seu devido lugar no mercado de trabalho, acabam partindo para a marginalidade e desviam a sua conduta para a criminalidade, ocasionando um prejuízo realmente muito grande para toda a sociedade.

1.5 - METODOLOGIA

Para execução deste trabalho será necessária a busca das informações através de literatura dos principais autores especialistas no assunto do período contemporâneo, não deixando de evidenciar também aqueles como Marx, que tanto contribuiu para de certa forma explicar já a partir de sua época a relação entre: O capitalista, O trabalhador e o incremento da maquinaria no setor produtivo. Procurará-se fazer levantamento de dados a respeito da variação do número de empregados das principais indústrias metalúrgicas de Curitiba e Região Metropolitana neste período, bem como consultas em sites de entidades relacionadas a esta questão. Outras informações serão obtidas através de jornais e revistas.

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As questões sociais que afligem a camada da população menos desprovida de recursos como a falta de empregos e melhores oportunidades sempre estiveram presentes no modelo de produção capitalista. Nos últimos anos e, sobretudo na última década em Curitiba e região Metropolitana tem se constatado o aumento da produtividade, mas sem no entanto elevar os postos de trabalho e conseqüentemente as pessoas desocupadas excluídas da possibilidade de consumo vem crescendo.

Podemos destacar que uma maior abertura comercial promovida pelo Presidente Fernando Collor de Melo contribuiu para que houvesse um aumento dos níveis de produtividade de determinadas empresas obrigando-as a se tornarem mais competitivas, o que acabou refletindo numa diminuição dos postos de trabalho.

Para os pensadores econômicos clássicos a condição ideal de pleno-emprego seria alcançada numa situação em que não houvessem ações por parte do sistema governamental que causam instabilidade, sendo adeptos do alto ajuste da economia. Podem-se utilizar artifícios estabilizadores como a taxa de juros que se ajusta no sentido de coibir mudanças nos diferentes componentes da demanda, que afetam a demanda agregada. A flexibilidade dos preços e salários é de fundamental importância para a garantia de pleno emprego no sistema clássico.

Já para os economistas keynesianos uma situação em que a economia esteja em pleno emprego é extremamente rara, pois nas suas concepções o sistema econômico é altamente instável provocado por instabilidade da demanda agregada e pelo seu componente principal que são os investimentos privados, sendo que a demanda agregada afeta o produto e o nível de emprego.

“Ademais, a evidência prova que o pleno emprego, ou mesmo o aproximadamente pleno é uma situação tão rara quanto efêmera”(Keynes, 1985-pg. 173).

Na obra “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” a visão keynesiana quanto à questão de postos de trabalho é a do princípio da demanda efetiva, onde a quantidade de empregos é determinada em função da relação entre demanda agregada e oferta agregada que são elementos fundamentais sobre as decisões do capitalista de aumentar ou não o volume do emprego.

“Assim o volume de empregos é determinado pelo ponto de interseção da função da demanda agregada e a função da oferta agregada, pois é neste ponto que as expectativas de lucro dos empresários são maximizadas” (Keynes, 1985- pg.30).

Para Keynes a quantidade de postos de trabalho é uma função inversa da taxa de juros e direta da propensão marginal a consumir, pois os empresários procurarão no ato da efetivação de suas decisões, analisar o que é mais vantajoso para o seu empreendimento, no sentido da maximização dos seus lucros. Uma taxa de juros demasiadamente alta, fará com que os donos de capital decidam por não investir no aumento da produtividade e do emprego, preferindo a aplicação do seu capital no mercado financeiro.

“A propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível de emprego, e é este que certamente determina o nível dos salários reais não o “inverso”(Keynes 1985-pg. 33).

Os keynesianos procuram salientar que a taxa de juros acima de um patamar considerado normal inibe o consumo e conseqüentemente influencia na decisão dos empresários por não investir na produção, contribuindo desta forma para o arrefecimento da atividade econômica, diminuindo a produtividade e aumentando o nível de desempregados, cabendo ao estado a responsabilidade social e o dever de intervir na economia, com o objetivo da busca de mecanismos que fomentem o crescimento e estimulem o aumento da renda e o consumo dos

indivíduos, podendo utilizar a política monetária e fiscal destinada a compensar as mudanças indesejáveis na demanda agregada, no sentido da correção desses desvios.

“O que é certo para a maioria dos indivíduos também o será para os governos, especialmente numa época em que o aumento progressivo do desemprego obriga geralmente, o estado a fornecer ajuda com recursos emprestados” (Keynes, 1985-pg 174).

Para Marx, o sistema capitalista não é justo apresentando muitos pontos vulneráveis tais como: a distribuição do poder, e da renda são extremamente desiguais, para a qual não se encontra uma justificativa convincente na tradição clássica, embora seja nela explicada; e, finalmente, a suscetibilidade do sistema econômico às crises e ao desemprego (depressão), algo que ainda que reconhecido pelo economistas clássico, não se integrava de modo algum a sua teoria.

Suas posições favoráveis e desfavoráveis, respectivamente aos trabalhadores e empregados, fazem-se notar, com bastante clareza e intensidade, em O Capital, publicado em 1867. Ao defenderem unicamente seus interesses, os detentores de capital, segundo Marx, procuram continuamente reduzir os custos da mão-de-obra e obter maior controle sobre os meios de produção, substituindo trabalhadores por bens de capital, sempre e onde for possível. Os capitalistas não auferem lucros apenas com uma maior produtividade, diminuição dos custos e maior controle sobre o processo de produção, mas paralelamente com a criação de um contingente de trabalhadores desempregados, cujo poder de trabalho está prontamente disponível para a exploração em algum outro lugar da economia com salários cada vez menores.

Para Marx, a evolução tecnológica poupa mão de obra por unidade produzida diz ele: “maquinismo, o progresso técnico, são o fruto da concorrência capitalista que incita a produção e estimula o desenvolvimento. A divisão do trabalho que os acompanha reduz o homem à condição de simples apêndice da máquina e provoca alienação do trabalhador.

A lei da baixa tendência da taxa de lucro é o resultado de uma subida da composição orgânica do capital: são necessárias cada vez mais máquinas (capital constante) relativamente ao trabalho vivo”, (Marx, Capítulo XIII, p. 495).

Na visão marxista os trabalhadores desde o período da infância e por não disponibilizar de outros meios de subsistência são explorados pelos capitalistas, tornando-os uma parte da máquina e conseqüentemente do sistema fabril e do capitalista.

“Utiliza-se a maquinaria, para transformar os trabalhadores, desde a infância em parte de uma máquina parcial. Assim, não só reduzem os custos necessários para reproduzi-lo, mas também se torna completa sua desamparada dependência da fábrica como um todo, e, portanto do capitalista” (Marx, capítulo XIII, p. 483).

O avanço tecnológico e o aumento da maquinaria produzem miséria crônica na camada dos trabalhadores que vão paulatinamente sendo substituídos por ela.

“(…) O instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador. (...) o trabalhador é posto fora do mercado quando a máquina se apodera, pouco a pouco, de um ramo de produção, produz ela miséria crônica na camada de trabalhadores com que concorre. Quando a transição é rápida, seus efeitos são enormes e agudos” (Marx, capítulo XIII, p. 493).

Na ânsia de auferir lucros cada vez mais elevados, o capitalista não mede as conseqüências sociais para obtê-lo, além da substituição do trabalhador pela máquina, também troca o trabalhador de menor qualificação pelo mais qualificado.

“(…) apoderando-se a maquinaria continuamente de novos ramos de produção, seus efeitos temporários são na realidade permanentes. No sistema automático suprime-se progressivamente o talento do trabalhador. O aperfeiçoamento da máquina se destina não só a diminuir o número de trabalhadores adultos necessários à concretização de

determinado resultado, mas substitui uma classe de indivíduos por outra, o mais hábil pelo menos hábil, os adultos por crianças, os homens por mulheres”. (Marx, capítulo XIII, p. 495).

Com a constante modernização tecnológica que vem ao longo do tempo acontecendo e, sobretudo com mais intensidade a partir do século XX o homem deve, na necessidade da sobrevivência, indubitavelmente procurar se qualificar no sentido de se adaptar em relação aos novos processos e formas de produção, a fim de que não se torne obsoleto e conseqüentemente excluído do mercado de trabalho.

Para José Pastore que se contrapõe a Marx (1994, p.12) “as conseqüências sociais desses avanços tecnológicos são imensas. As tecnologias expandem oportunidades comerciais e transformam os mercados. Surgem novas ocupações; novas necessidades e novas possibilidades de trabalho. Para ele a simples coincidência de avanços tecnológicos com aumento de desemprego não é suficiente para se concluir que a tecnologia seja destruidora de emprego”.

O sistema de produção capitalista com os novos inventos diminui a quantidade de pessoas para executar um determinado trabalho e como a população cresce a um ritmo maior que os empregos, a gravidade de tal questão será tamanha e sem precedentes, uma vez que criará um número enorme de pessoas sobrevivendo em condições não satisfatórias.

Segundo Rifkin, as novas tecnologias forçam a entrada da “produção enxuta”, que utiliza pouca mão de obra e cria um cinturão de excluídos. O autor não acredita nas possibilidades de novos empregos e nem mesmo no retreinamento ou reacomodação dos desempregados, antevendo uma catástrofe de grandes proporções:

“Alguns trabalhadores estão sendo retreinados, conseguindo obter bons empregos em ocupações qualificadas. Mas a maioria não consegue. Os desempregados são muito mais numerosos do que poucos empregos de alta tecnologia” (Rifkin. 1994, p. 86). “Se os grandes ganhos de produtividade decorrentes dos avanços tecnológicos continuarem a ser apropriados exclusivamente pelas empresas para aumentar a sua margem de lucro, haverá uma convulsão social em escala global”. (Rifkin, 1994, p.13).

As pessoas desempregadas em grande proporção, segundo ele, parece ser uma tendência inevitável nas próximas décadas.

“Enquanto as primeiras tecnologias industriais substituíram a força física do trabalho humano, trocando a força muscular por máquinas, as novas tecnologias baseadas no computador prometem substituir a própria mente humana, colocando máquinas inteligentes no lugar dos seres humanos em toda escala da atividade econômica”. (RIFKIN, Capítulo 1, p. 5).

2.1.TECNOLOGIA, COMPETITIVIDADE E EMPREGOS

Pesquisas científicas mostram que vários ramos da indústria brasileira avançaram tecnologicamente e conseguiram alcançar ou manter vantagens competitivas evidentes, enquanto outros caminharam devagar e continuam com sérios problemas para competir. No primeiro caso estão a agroindústria, siderurgia, papel, construção naval, máquinas agrícolas, mármore, granito, e madeira. No segundo, estão os laticínios, vestuários, calçados, têxtil, cimento e gráfica, dentre outros (Coutinho e Ferraz, 1992; Matesco e Tafner, 1996). Os setores mais competitivos destruíram postos de trabalho diretos, mas tiveram grande impacto na geração de trabalho indireto. Os poucos competitivos mais destruíram do que criaram.

Segundo Schimitz a tecnologia reduz o número de pessoas necessárias para executar determinada atividade “... as inovações economizam mão-de-obra, pois geralmente reduzem o número de trabalhadores por unidade de produção no ramo onde são aplicadas”. (Schimitz, 1995, p.13).

A produtividade industrial em decorrência de inovações tecnológicas, do advento da microeletrônica e da modernização dos processos de produção vem aumentando constantemente sem, no entanto elevar do nível de empregos.

Segundo Feldman: “O aumento da produção industrial vem acontecendo acompanhado de uma diminuição do número de empregos. As novas tecnologias, principalmente a informática e as várias formas de automação que se baseiam nos avanços da microeletrônica generalizam o crescimento sem emprego. Desta forma reflete sobre a segmentação da força de trabalho interno a empresa e um novo patamar na divisão social do trabalho, assumindo a forma de subcontratação. Ambos os casos, levam a existência de um número reduzido de trabalhadores permanentes, em contraposição com um grande contingente de trabalhadores temporários”. (Feldman 1994, p. 114).

2.2. DESESTABILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90

Em 1991, a produtividade da indústria cresceu a uma taxa de 10,8%, basicamente em função da redução da mão-de-obra empregada no setor (Maragno, 1994). As grandes empresas, em especial, apontam para sua reestruturação nítida e significativa, causada pela combinação da crise econômica com o processo de abertura da economia brasileira. Tal processo implica reestruturar negócios dentro dos padrões internacionais e adotar novos esquemas organizacionais, objetivando maior produtividade e melhor qualidade dos produtos. Verifica-se a tendência de eliminação de vários níveis de hierarquia gerencial. Além disso, a redução significativa do número de funcionários de apoio. Tudo indica que as demissões ocorridas com a crise dos anos 90, comparativamente com a do início dos anos 80, mostram que hoje o corte atinge trabalhadores de todos os níveis de qualificação, enquanto em 1981 foram demitidos principalmente os empregados menos qualificados.

Na verdade, o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observam ao longo dos anos 90, e mais intensamente no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-98), são um fenômeno de amplitude nacional que jamais ocorreu na história do país” (Mattoso 1999).

Até o início da década de 90 os trabalhadores que perderam o emprego e não conseguiram uma nova recolocação formal no mercado de trabalho procuravam alternativas para a manutenção de sua sobrevivência se inseriam na economia

informal, fazendo “bicos”, ou realizando serviços temporários, menos estáveis e com salário reduzidos. Agora o prolongamento da crise atinge até o setor informal e os trabalhadores demitidos não encontram ocupação nem em atividades precárias.

TABELA 1 – O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO 1990 – 1999

Anos	total de horas trabalhadas	pessoal ocupado	taxa de desemprego aberto	desemprego total aberto e oculto	renda média	percentual de trabalhadores com carteira assinada
	1	2	3	4	5	6
1990	121,0	118,61	4,3	10,0	118,2	56,9
1991	108,8	109,1	4,8	11,6	98,1	53,7
1992	102,0	101,9	6,0	14,9	90,3	51,4
1993	102,4	98	5,3	14,7	98,3	50,5
1994	101,2	100,3	5,1	14,3	104,3	49,2
1995	100,5	98,8	4,6	13,2	115,7	48,4
1996	89,3	88,6	4,7	14,9	123,9	47,7
1997	87,7	88,6	5,7	15,7	126,4	46,4
1998	81,2	82,1	7,6	18,2	126,4	45,8
1999	71,8*	77,1*	7,7*	19,4*	119,4*	44,5

FONTE: Tabela extraída do artigo “o pobre trabalhador brasileiro de salário mínimo”, de Ruben D. Almoracid e Humberto F.S. Spolador, da obra “Informações” FIPE, 234, março de 2000”. Notas: 1) índice da FIESP (jun. 94= 100); 2) Índice da FIESP (JUN.94= 100); 3) Índice do IBGE; 4) Índice do DIEESE; 5) Índice do IBGE; 6) Dados do IBGE, janeiro de cada ano seguinte. * Média mensal até outubro, anualizada.

Percebemos ao longo dos dados (tabela1) a tendência do mercado de trabalho brasileiro ao longo dos últimos anos sendo que os dados descritos mostram que o percentual de trabalhadores com carteira assinada vem caindo gradativamente além da taxa de desemprego que vem sofrendo significativas elevações neste mesmo período.

3 - INFLUÊNCIA DOS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NOS NÍVEIS DE EMPREGO NOS ANOS 90

3.1. ANTECEDENTES DO PLANO

Em princípio, procurarei fazer uma abordagem sucinta de aspectos econômicos importantes, que aconteceram em meados dos anos 80 e que contribuíram para o processo de desencadeamento do desemprego já naquela época e que perdura na atualidade.

O Brasil ao longo da década de 80 mais precisamente em seu final passava por uma série crise quanto ao aspecto de crescimento econômico, que até então era fundamentado nas políticas intervencionistas eminentemente Keynesianas, com tendências evidentes de seu esgotamento, pois as taxas de crescimento econômico eram demasiadamente baixas, associadas a um nível inflacionário excessivamente elevado, configurando um fenômeno conhecido por “estagnação com inflação” que efetivamente era objeto de grande preocupação por parte dos analistas econômicos em todo este período.

No cenário internacional principalmente nos países desenvolvidos, começam a serem implantados os programas neoliberais que se deu primeiramente na Inglaterra e posteriormente nos Estados Unidos, ambos precursores desta nova ideologia, chegando após algum tempo aos países da América Latina através da implantação do “Consenso de Washington”, o qual defendia a participação do governo em dez setores da economia considerados estratégicos como: uma forte disciplina fiscal; a necessidade da priorização das despesas públicas; reforma tributária; liberalização financeira e também comercial; regime cambial; investimentos estratégicos; privatização; desregulação; propriedade intelectual; (Baptista, 1994, pg. 26), tais medidas tinham como objetivo a questão de reformulação do estado, no sentido de acelerar a inserção da economia nacional no processo de internacionalização do capital.

A inflação do país no final dos anos 80, estava atingindo com base no cálculo do INPC a patamares elevadíssimos, chegando ao absurdo de aproximadamente 80% ao mês, a dívida pública representava 6,5% do produto interno bruto, evidenciando desta forma, uma grave crise fiscal porque passava o país, o poder de compra do salário mínimo estava tendo uma queda bastante acentuada, assim como o aumento da concentração da renda no período em questão. Este período ficou conhecido como o da década perdida, pois as taxas de crescimento eram em média de 2,2% ao ano, o desemprego conforme dados do IBGE estava crescendo desde o período da implantação do plano cruzado em 1986.

Segundo Bresser Pereira, "a crise fiscal do Estado do Brasil comportava três dimensões. Uma de fluxo, decorrente do elevado déficit público e dos baixos níveis de poupança pública – no triênio que antecedeu ao lançamento do Plano Collor, a poupança pública era negativa, atingindo (5,72%) do PIB em 1989. Outra dimensão característica da crise fiscal era a de estoque, configurada pelo tamanho da dívida pública interna e externa. A dimensão "psicossocial" também é lembrada por esse autor, e estaria dada pela falta de crédito do Estado, levando-o a adotar a emissão de títulos de curto prazo como principal instrumento de financiamento do déficit". (1998, pg. 171).

Neste contexto assume a Presidência da República o então desconhecido Fernando Collor de Mello, que através de medidas provisórias implantou o "Plano Collor I e posteriormente o II". Até a sua posse, a taxa de câmbio que vinha sendo aplicada era a do sistema de minidesvalorização, que passa a ser substituído por aquele em que a taxa de câmbio passa a ser definida livremente pelo mercado, passando então o Banco Central agente regulador, comprando e vendendo moedas estrangeiras, de acordo com os interesses da política econômica. Esta postura tinha como finalidade a adequação das instituições econômicas, fomentando desta forma a viabilização de uma maior abertura econômica. Um dos grandes objetivos do Plano Brasil Novo era também o de debelar a inflação que vinha assolando a economia brasileira, como condição indispensável à estabilidade econômica e a

continuação da intervenção estatal no âmbito econômico, promovendo reformas estruturais, todavia esta meta não conseguiu lograr êxito, pois os índices de inflação diminuíram, mas não a um patamar desejável conforme dados da tabela 2, vindo à tona a fragilidade bem como o fracasso do plano.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE INFLAÇÃO –1990 E 1991

ANO/MÊS	IPC-FIPE	IGP-DI	ICV-DIEESE
1990			
Janeiro	74,53	71,9	74,3
Fevereiro	70,15	71,68	77,23
Março	79,11	81,32	79,68
Abril	20,19	11,33	22,29
Maio	8,53	9,07	11,23
Junho	11,70	9,02	10,56
Julho	11,31	12,98	13,63
Agosto	11,83	12,93	13,83
Setembro	13,13	11,72	13,74
Outubro	15,83	14,16	16,90
Novembro	18,56	17,45	17,07
Dezembro	16,03	16,46	17,07
1991			
Janeiro	21,02	19,93	24,43
Fevereiro	20,54	21,11	19,40
Março	7,48	7,25	9,99
Abril	7,19	8,74	7,93
Maio	5,76	6,52	8,93
Junho	9,78	9,86	11,3
Julho	11,30	2,83	13,29
Agosto	14,42	5,49	13,59
Setembro	16,21	16,19	16,21
Outubro	25,17	25,85	20,74
Novembro	25,39	25,76	25,76
Dezembro	23,25	22,14	23,64

FONTE: Banco de informações Econômicas e Sociais(BIES) –CORECON-SP46

Neste cenário, intensifica-se uma maior abertura comercial da economia brasileira a entrada de produtos estrangeiros, bem como o esgotamento do modelo de substituição das importações e a crescente desregulamentação dos mercados internacionais contribuíram decisivamente, para que houvesse uma reestruturação da economia, motivada pela diminuição das tarifas, bem como da eliminação de

várias barreiras não tarifárias. A tarifa nominal média de importações estava na faixa de aproximadamente 40% em 1990, sendo reduzida chegando a atingir 13% em 1995.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, DA CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E DESEMPREGO – 1989/1995 EM (%).

Itens	1989	1995**	Variação Absoluta Anual***	Variação Relativa Anual
População total	144293,1	152374,6	734,7	0,91
PEA	62513,5	70750,5	1372,9	2,08
Empregador	4,2	3,9	22,3	0,83
Conta própria	21,2	22,4	432,6	3,02
Sem remuneração	7,6	9,0	269,4	5,0
Assalariado	104,0	108,0	194,7	0,48
Com registro	38,3	30,9	-350,0	-1,41
Sem registro	25,7	27,3	541,5	3,12
Desempregado	3,0	6,4	442,1	15,8
Taxa de subutilização*	31,8	37,8	1144,1	5,07

FONTE: FIBGE, op. cit.

* Conta própria sem remuneração e desempregada

** Exclui o conjunto de pessoas não remuneradas com menos de quinze horas semanais de trabalho e os ocupados pelo autoconsumo

*** Em mil

Conforme os dados (quadro1) são notórios os sinais de desestruturação do mercado de trabalho em cada dez empregos criados somente dois eram assalariados, as variações das ocupações não remuneradas apresentavam uma

taxa de variação média anual de 5% , a quantidade de registros de trabalhadores por conta própria chegavam a 3%, os empregadores 0,8% e os assalariados 0,48%. Fica bastante evidente a perda do poder aquisitivo dos salários por parte dos trabalhadores, motivado substancialmente pela redução dos empregos com registro. Fazendo um comparativo entre os dois períodos, constata-se que em 1989, 64% da PEA (População Econômica Ativa), era composto por assalariados sendo reduzido em 1995 para aproximadamente 58%, conseqüentemente houve uma taxa negativa de variação média anual do emprego assalariado. Além do aumento da taxa do desemprego assalariado, pode-se notar uma tendência crescente da subutilização da força de trabalho, que de 31,8% em 1989, passara a 37,8% em 1995, motivado pelo o aumento do desemprego.

A liberalização da economia brasileira, bem como uma maior abertura comercial, implicaram numa extrema necessidade de mudanças de estratégias e ajustes por parte de empresas, no sentido de continuarem sobrevivendo à nova realidade, pois com a entrada de produtos estrangeiros, acirrou uma maior competitividade entre os diversos setores produtivos da economia, tendo como conseqüência o aumento de falências e fechamento de inúmeras empresas (quadro 2, gráfico 1), desta forma muitas delas se viram na necessidade de implementarem mudanças, partindo de alguns pressupostos básicos considerados importantes como os mencionados na tabela 3.

“O acirramento da concorrência intercapitalista tornou o mercado de trabalho crescentemente desfavorável aos trabalhadores. A precarização dos empregos e das relações de trabalho, a permanência de altas taxas de desemprego a diminuição da População Economicamente Ativa ocupada coberta pelos contratos de trabalho, que são estabelecidos cada vez mais de forma descentralizada, e o enfraquecimento dos sindicatos não deixam de revelar a derrota da coalizão dos vendedores da força de trabalho pelo movimento de modernização conservadora”. (Tavares, 1992 p. 143).

TABELA 3 - BRASIL: MOTIVOS DAS ESTRATÉGIAS DE AJUSTE EM GRANDES EMPRESAS PÓS-90 (EM %)

Itens	Grande empresa nacional	Empresa transnacional
Recessão	76	70
Mercosul	35	38
Globalização dos mercados	48	70
Liberalização comercial	18	28

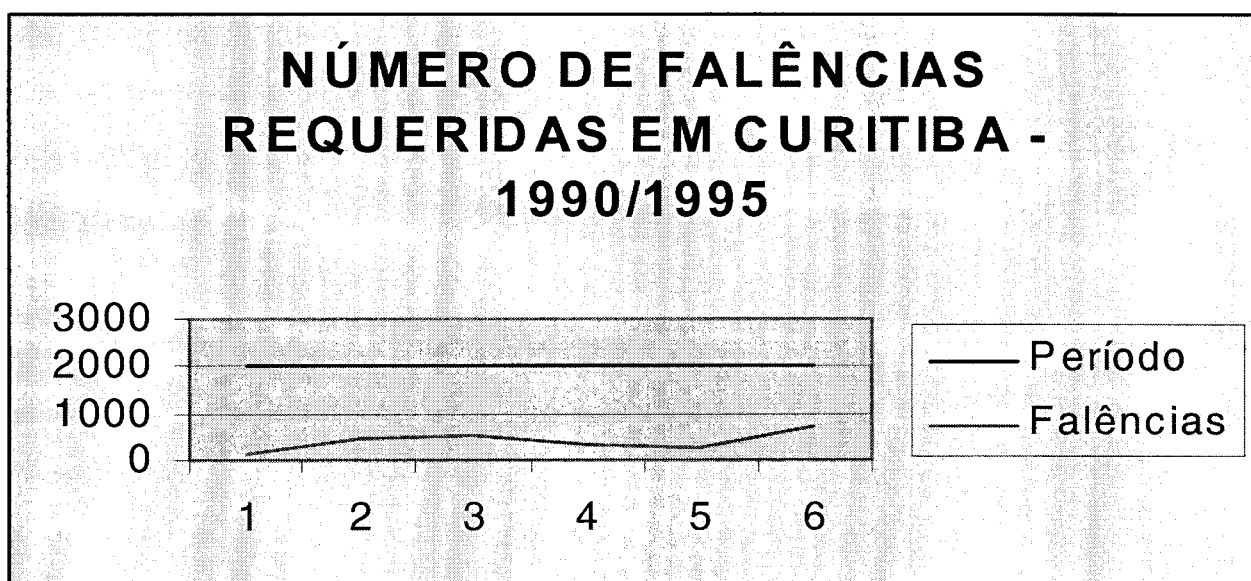
FONTE: Bielschowsky, 1993.

QUADRO 2 - NÚMERO DE FALÊNCIAS REQUERIDAS EM CURITIBA 1990/1995

Período	Falências
1990	137
1991	431
1992	494
1993	336
1994	256
1995	688

FONTE: Base Pública do Estado – IPARDES

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE FALÊNCIAS REQUERIDAS EM CURITIBA – 1990/1995



FONTE: Base Pública do Estado – IPARDES

A combinação de tentativas de combate à inflação, bem como a reestruturação que se vislumbrava, fez com que aquele período fosse marcado por uma forte recessão e retração da atividade econômica, com uma queda de quase 10% do produto interno bruto, bem como o aumento do desemprego e a perda do poder de compra dos salários reais das pessoas. A precariedade do Plano Collor aliada ao desgaste do governo assim como a crescente denúncia de corrupção acabou por determinar a sua saída em 1992, assumindo o então Vice Presidente da República Itamar Franco que governou o país até o final do mandato (1993) .

3.1.2. DESEMPREGO NO PLANO REAL

Em 1994, assume a presidência da república o senhor Fernando Henrique Cardoso, que como ministro da economia do governo Itamar Franco implantara o plano real, com objetivo de estabilização econômica, apontado como a melhor experiência de estabilização da história brasileira, todavia o seu plano estava ancorado na sobrevalorização cambial que consumiu grande parte das reservas internacionais brasileiras, que juntamente com a abertura comercial da economia, propiciou o aumento das importações elevando-a em 143% em quatro anos, tendo como consequência o reflexo negativo sobre as exportações que no mesmo período cresceram somente 37%. Em consequência o saldo da balança comercial que era positivo passou a negativo, (quadro 3) as dívidas internas e externas aumentaram excessivamente em função da alta das taxas de juros. Obteve um relativo sucesso no que tange ao aspecto da desindexação da economia, reduzindo os níveis de inflação (quadro 4), porém, os juros demasiadamente altos bem como a necessidade de elevados níveis de reservas para garantir a paridade da moeda nacional em relação à estrangeira, aumentou a vulnerabilidade da economia em relação ao capital externo, em consequência houve restrição do crescimento econômico agravando o problema da deterioração das contas públicas.

O número de empregados do setor formal caiu em decorrência da

reestruturação do setor, houve uma precarização das condições de trabalho bem como o aumento da vulnerabilidade dos vínculos empregatícios, através de vários projetos aprovados pela classe política (ver quadros 5 e 6), as importações se elevaram, as mudanças tecnológicas foram intensas, bem como as fusões de várias empresas e aquisições. Ainda que se deva ressaltar que dentre as mudanças estruturais, como a terceirização e a maior contratação de autônomos tendem a distorcer o real efeito sobre o emprego com a redução substancial de empregados, especialmente no setor industrial num primeiro momento, processo que vem atingindo com uma velocidade alta o setor de serviços. De acordo com o economista Márcio Pochmann, na década de 90 o Brasil já perdeu 2,5 milhões dos 25,5 milhões de empregos formais existentes no final dos anos 80. (Folha de São Paulo, 3/6/1988).

Após a crise dos países asiáticos em 1997, o governo brasileiro para não permitir a saída do capital estrangeiro do Brasil, teve que elevar as taxas de juros para o absurdo de 43% ao ano, sendo uma das mais elevadas de todas as economias do mundo, promovendo em seguida um ajuste fiscal, no sentido de melhorar a situação fiscal, tais medidas combinadas com o agravamento da crise asiática no mercado internacional afetaram a capacidade de crescimento da economia brasileira em 1998, provocando o agravamento da inadimplência e a elevação da taxa de desemprego aberto apurada pelo IBGE, que subiu dos então 5,5% da PEA, para 8% naquele período. Deve se destacar também que a crise econômica russa que afetou o cenário internacional contribuiu para aumentar a dificuldade da economia brasileira aumentando ainda mais a sua vulnerabilidade externa, bem como as dificuldades das pessoas desprovidas de emprego no que diz respeito a sua colocação no mercado de trabalho.

QUADRO 3 - DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL BRASIL - 1994/1999 - US\$ BILHÕES

Contas	1994	1997	1998	1999 (1º semestre)
Exportações	43,6	53,0	51,1	22,5
Importações	33,1	59,9	57,7	23,1
Saldo da balança comercial	10,5	-6,9	-6,6	-0,6
Juros	6,3	10,4	12,0	7,8
Lucros e dividendos	2,5	5,6	7,2	2,3
Saldo em conta corrente (*)	-1,7	-30,9	-33,6	-12,3
Amortizações pagas	11,0	26,0	33,6	28,0
(Juros + lucros) / exportações (%)	5,7	30,2	37,6	44,9

(*) A soma do saldo da balança comercial com as contas de juros e lucros e dividendos não totaliza o saldo em conta corrente, dada a omissão das contas outros serviços e transferências unilaterais.

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL.

QUADRO 4 - INFLAÇÃO MÉDIA MENSAL PRÉ E PÓS-REAL - EM %

Índices de preços	Jul/92 a jun/93	Jul/93 a jun/94	Jul/94 a jun/95	Jul/95 a jun/96
ICV -DIEESE	26,19	40,33	3,72	1,95
IGP- FGV	26,78	39,11	2,12	0,88
IPA	26,77	38,48	1,59	0,55
IPR (1)	27,53	39,53	0,73	0,87

FONTE: DIEESE, FGV.

ELABORAÇÃO: DIEESE/PR

1. O IPR de julho/94 não foi considerado por estar medido em CR\$; média do período de julho/95 a março/96.

QUADRO 5 - PRINCIPAIS PRECEDENTES NORMATIVOS CANCELADOS PELO TST

N.º do Precedente.	Descrição
19	Cursos e Reuniões Obrigatórias: assegurava que o tempo gasto em cursos e reuniões obrigatórios, fora do horário normal, fosse remunerado como hora extra.
30	Empregado Acidentado. Garantia no Emprego: não há mais cláusula que assegure ao empregado vítima de acidente de trabalho os 180 dias de estabilidade no emprego.
35	Mão-de-obra Locada: exclusão do precedente que proíbe a contratação de mão-de-obra locada, ressalvando os casos previstos em lei.
43	Horas Extras. Adicional: cai a cláusula que assegura o pagamento das horas extras com o adicional de 100% sobre a hora normal.
51	Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas). Suplentes. Garantia de Emprego: exclusão de precedente que concede a garantia de emprego aos suplentes das Cipas, disposta no artigo 165 da CLT.
76	Aviso Prévio de sessenta dias: queda da cláusula que concede aviso prévio de sessenta dias aos empregados dispensados sem justa causa.
90	Trabalho Noturno. Adicional de 60%: cai a garantia de remuneração do trabalho noturno com adicional de 60% sobre o valor da hora normal.
99	Nova Função. Salário: o precedente assegurava ao empregado designado ou promovido o direito de receber integralmente o salário da nova função.
114	Contagem do Tempo Gasto com Transporte: deixa de haver a garantia de incorporação do tempo gasto no trajeto do trabalhador em sua jornada laboral.

FONTE: DIAP. Boletim do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Julho/98.

QUADRO 6 - LINHA CRONOLÓGICA DAS MEDIDAS

Dez/94	Nov/96	Ago/97	Jan/98	Set/98	Nov/98
PLR (1)	Denúncia da Convenção 158 da OIT (2)	Trabalho no Comércio aos Domingos (3)	Contrato por Tempo Determinado e Banco de horas (4)	Contrato por Tempo Parcial e Banco de Horas (5)	Suspensão Temporária do Contrato de Trabalho (6)

FONTE: Diário Oficial da União
Elaboração: DIEESE

3.1.3.GLOBALIZAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO E A SUA RELEVÂNCIA NO NÍVEL DE EMPREGO

É utilizado o termo globalização, para definir um conjunto de mudanças que vem se processando em todas as economias nos tempos atuais, contemplando diversos setores da atividade pública, bem como da iniciativa privada. Verifica-se uma constante transformação dos setores responsáveis pela produtividade, bem como das relações produtivas das instituições e dos sistemas políticos, caracterizando desta forma o processo de globalização. Atribui-se a esta nova dinâmica no mundo contemporâneo, o processo de desemprego estrutural, o fechamento de inúmeras empresas motivado pela abertura econômica de uma forma generalizada das economias, além do fim das fronteiras econômicas dos países. Toda esta situação força uma maior obrigação por parte das economias no sentido de buscarem produtividade, de certa forma para terem possibilidades de competição e um maior fomento no que tange ao desenvolvimento, cabendo a cada economia a negociação dos seus interesses entre os diversos blocos econômicos que começaram a serem constituídos no final do século XX e com mais intensidade atualmente. A globalização não deixa de ser um processo revolucionário onde há um rompimento no contínuo histórico, de destruição inovadora do passado, para a construção de uma nova realidade sobre novas bases, bem como mudança radical de conceitos e padrões condicionantes de processo.

Aliado a esses fatores pode citar também a emergente terceira revolução industrial. A partir daí surge um novo paradigma de produção industrial que gera uma revolução nos processos de trabalho com a superação do fordismo e ao advento da microeletrônica. Adicionalmente a desregulação da concorrência e dos mercados financeiros balizam novos interesses de investimentos do capital internacional (Coutinho, 1999 - pg. 181).

3.2.IMPACTO DA ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA NO MERCADO DE TRABALHO

A partir do governo Fernando Collor de Mello, inicia-se um processo de maior abertura comercial da economia brasileira aos produtos estrangeiros, acirrando a competitividade entre empresas e regiões produtivas em busca de acumulação flexível e sobrevivência no mercado. A forma com que a magnitude do desemprego se manifesta nas economias modernas esta relacionado diretamente com a amplitude da abertura comercial destas economias. Pode se dizer, que quanto menor for o grau de abertura comercial de uma determinada economia, medida pela participação de importações e exportações no PIB, preservam o mercado local bem como a sua própria indústria, diminuindo desta forma a exposição à concorrência interna, mantendo o nível de postos de trabalho. Todavia, esses ambientes protegidos de uma maior competitividade, levam a uma acomodação por parte dos setores produtivos e desta forma, não há incentivos na direção da obtenção de ganhos de produtividade, motivada pela competição que aumentam os salários reais. Tais ganhos são limitados somente à ampliação de margens de acumulação, em geral, apropriados pela empresa. Ou seja, se numa economia há o protecionismo que de uma forma preserva os empregos nacionais por outro lado fomenta a manutenção dos salários reais em patamares que tendem a ser menor.

Indubitavelmente a abertura comercial acirra a competitividade entre os setores produtivos, forçando-os a busca de uma maior produtividade que os habilitem melhores condições de competição a nível internacional em seus setores, impondo o fechamento de postos de trabalho, pois aquelas empresas desprovidas de condições técnicas com menos capacidades de se modernizarem, tenderão ao desaparecimento, bem como o incremento por parte de outras empresas de inovações e novas tecnologias poupadoras de mão de obra, ou simples reorientação estratégica para outras atividades, gerando em contrapartida, uma melhora

significante na qualidade dos postos de trabalho para aqueles empregados remanescentes até com a possibilidade da elevação dos salários reais no longo prazo.

O processo de abertura comercial, reflete diferenciadamente sobre diversos setores da economia, respondendo apenas por uma parcela dos fechamentos de postos de trabalho. Cria-se a partir dela um ambiente de competição, bem como a melhoria na qualidade dos produtos e uma maior eficiência. Mas só que durante esse processo muitos setores industriais cujos padrões de produtividade, tecnologia produtiva, preços dos produtos produzidos e qualidade da mão de obra são inadequados a esta nova realidade e por não dispor de condições necessárias para rapidamente se adaptarem a nova situação, no sentido de enfrentamento da concorrência internacional, acabam fechando as suas portas, esta dura realidade atinge a todos os segmentos da economia: no setor primário motivado pela necessidade de se produzir em grande escala, no setor secundário forçado necessariamente por uma maior produção para a emergente competição internacional, afetando com uma maior intensidade a indústria de bens de capital e a indústria de transformação.

3.2.1 CONSEQUÊNCIAS DA ABERTURA COMERCIAL NO NÍVEL DE EMPREGOS NA INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL E DE TRANSFORMAÇÃO.

O impacto sobre a produção na indústria de bens de capital atingiu o seu maior apogeu no final de 1991 e primeiro semestre de 1994, a maior perda de postos de trabalho nesse setor se deu em decorrência da substituição de produtos nacionais por produtos equivalentes importados, bem como a facilidade para compradores de linhas de financiamento de longo prazo a juros menores, oferecidos pelas empresas estrangeiras produtoras na compra de um produto importado. Este

setor sofreu com suas inadequações às políticas macroeconômicas. O efeito primário da abertura comercial para o mercado de trabalho brasileiro é sem dúvida o declínio geral no nível de emprego para trabalhadores de todos os níveis culturais, tendo a sua maior concentração no setor industrial de transformação, com o aumento dos salários para aqueles trabalhadores que permaneceram empregados, sobretudo aqueles de maior escolaridade. Luciano Coutinho, Estudo da Competitividade da indústria brasileira (Campinas, MICT/Editora da Unicamp, 1995 - pg. 124).

3.2.3. PROGRESSO TÉCNICO E REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL E OS SEUS EFEITOS NOS NÍVEIS DE EMPREGO

O avanço tecnológico no mundo contemporâneo vem atingindo a todos os setores da atividade econômica. Verifica-se que com as constantes inovações no campo da microeletrônica, todos os setores produtivos procuram fazer investimentos no sentido de informatizar ou até mesmo a robotização do processo produtivo, tendo como consequência uma produtividade cada vez maior e uma redução do emprego em setores mais tradicionais.

As alterações na composição do emprego caminham lado-a-lado, com as transformações relevantes no padrão de exploração e pagamento dos trabalhadores que vendem as suas forças de trabalho. Constata-se que está havendo uma contínua desregulamentação do mercado de trabalho, a diminuição de trabalhadores sindicalizados, bem como a flexibilização dos contratos trabalhistas e das legislações sociais enfraquecendo ainda mais a classe trabalhadora no que tange a proteção dos seus direitos, revelando, todavia um maior grau de autonomia por parte das empresas.

A flexibilização dos contratos dos trabalhadores está intimamente correlacionado com a reestruturação das empresas do ponto de vista do pensamento econômico dominante, preconizada com o compromisso cada vez

3.3.MECANISMOS DE SUSTENTABILIDADE DO EMPREGO NO CAPITALISMO MODERNO

O bem estar da população de um determinado país gira com maior ou menor intensidade em função da quantidade de trabalho ofertado pelos donos de capital.

Segundo o economista Pochmann em (O Trabalho Sob o Fogo Cruzado, pg.71 - 1997). “pode ser associado o nível de empregos a cinco elementos chaves”:

- 1) As políticas macroeconômicas,
- 2) Ao paradigma técnico produtivo,
- 3) As políticas de bem estar,
- 4) Aos sistemas de relações de trabalho e
- 5) As políticas de empregos.

Em primeiro lugar a quantidade de emprego está relacionado com as decisões governamentais que podem influenciar o crescimento econômico, através de políticas macroeconômicas, forçando uma variação do investimento e na demanda por consumo.

A Segunda questão de grande relevância que pode afetar a quantidade e a qualidade de postos de trabalho em uma economia capitalista é o paradigma técnico produtivo, que cria mecanismos operacionais para o uso do trabalho e do capital nas atividades de mercado. Quanto maior for o avanço do paradigma técnico produtivo, maior será a intensidade do uso do capital, bem como o emprego do uso da força de trabalho será mais produtiva, estimulando o efeito multiplicador para as diversas ramificações econômicas, até para as atividades não mercantis.

O terceiro elemento responsável pela determinação do nível de emprego está associado às políticas de bem estar social, pois uma vez determinados os grandes fundos de financiamento público ou da iniciativa privada e organizados os

institutos governamentais ou não governamentais, que estabelece garantias mínimas de proteção social, as políticas de bem estar passam a permitir que os trabalhadores possam usufruir os frutos do desenvolvimento econômico.

O quarto elemento está relacionado às decisões das relações capital trabalho, que ao impor os parâmetros básicos que regulam o mercado de trabalho, contribui para o estímulo do maior ou menor grau de concorrência entre os trabalhadores. Em cada país o direito do trabalho define o marco geral de uso e remuneração da mão de obra (rendimentos e custo total do trabalho).

O quinto elemento importante na determinação da quantidade e qualidade do emprego diz respeito às políticas que estimulam o nível do emprego. A sua função pode ser a de orientar a diminuição dos desajustes nas ocupações e rendimentos que ocorrem nas diversas esferas, como: nacionais, regionais e setoriais, no que diz respeito aos problemas da qualificação do trabalhador, da alocação da mão de obra, bem como das condições e relações de trabalho e da sua duração entre outros.

As políticas de emprego tiveram a sua gênese após a primeira revolução industrial nos países desenvolvidos com o surgimento de esquemas de proteção às pessoas desempregadas, que se davam através dos pagamentos de subsídios indiretos e pelo desenvolvimento de novas oportunidades de ocupação.

Porém com a crise da economia dos países economicamente avançados e com a implementação de políticas de combate a inflação viabilizou alterações no funcionamento do mercado de trabalho. A política de pleno emprego que vinha sendo praticada perde importância, ao mesmo tempo em que os elementos chaves de determinação do emprego perdem a sua funcionalidade nas economias políticas de cunho neoliberal e da emergência da terceira revolução industrial.

No Brasil, se pode considerar a existências de duas formas de políticas de emprego: As políticas ativas são aquelas cuja essência dos programas é o de aumentar o número de postos de trabalhos disponíveis, abrindo um campo maior de possibilidades dos cidadãos conseguir uma ocupação de natureza formal com

carteira assinada, ou manter o emprego que possui. São exemplos os Programas de Qualificação Profissional, Intermediação de Mão de Obra o PROGER, Banco do Povo, Programas de Auto Emprego, Programa Aprendendo a Aprender, as Frentes de Trabalho, etc (Ministério do Trabalho, 1998).

As políticas passivas são aquelas que agem no sentido de reduzir o número de pessoas que procuram um local de trabalho e desta forma a satisfação das suas necessidades, assim aumentar indiretamente a quantidade de vagas no mercado de trabalho. São políticas passivas, o Seguro Desemprego, as Ações que visam retardar a entrada dos jovens no mercado de trabalho ou apressar a saída dos mais velhos, como os programas de aposentadoria precoce (Ministério do Trabalho, 1998).

No Brasil podemos citar a existência de vários mecanismos destinados a dar assistência aos desempregados no sentido de auxiliá-los numa melhor qualificação, bem como na ajuda da busca de uma outra atividade para os que estão desempregados como: o FAT, o Sistema Público de Emprego, as Comissões Estaduais de emprego entre outras.

Os fundos públicos constituíram formas de intervenção do estado nos países capitalistas avançados, alterando as condições da força de trabalho empregada e desempregada. Junto com salários, as prestações sociais formaram um conjunto de recursos monetários responsáveis pelo ingresso das classes trabalhadoras nas sociedades de consumo de massa (Galbraith. In Pochmman, 1999).

A absorção de parcelas crescentes de excedente econômico pelo estado possibilitou que segmentos importantes da força de trabalho deixassem de estar submetidos às regras simples de contratação capitalista, por meio da expansão do emprego público. Além de contribuir para a expansão do nível geral de emprego, o estado com políticas econômicas e sociais, contribui para a redução sensível da pressão do Exército Industrial de reserva, atuando tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda da força de trabalho. (Pochmann, 1999 - pg. 191).

4 – ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO NA RMC

Após apresentarmos o relacionamento e a inter-relação entre as diversas variáveis no âmbito nacional de uma forma basicamente genérica no que tange a probabilidade de afetamento do nível de empregos, passaremos a analisar de uma forma mais específica e sucinta a evolução dos postos de trabalho no Brasil e com mais detalhe, o comportamento do setor metalúrgico da Região Metropolitana de Curitiba.

Primeiramente mostraremos os dados descritos no (quadro 9), onde se faz um comparativo entre as taxas de desemprego e produto interno bruto, do período de 1980 com o período de 1990, onde fica evidente que na década de 90 a taxa média de desemprego foi maior do que no período comparado, o produto interno bruto também diminuiu em relação à década de 80.

QUADRO 9 - COMPARATIVO DAS TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE DESEMPREGO E PIB ENTRE 1981A 1998 BRASIL EM (%)

Anos	Desemprego	PIB	Anos	Desemprego	PIB
1981	7,9	-4,28	1990	4,3	-5,5
1982	6,3	0,81	1991	4,8	1,25
1983	6,7	-2,92	1992	5,7	-0,3
1984	7,1	5,39	1993	5,3	4,43
1985	5,3	7,91	1994	5,1	5,85
1986	3,6	7,5	1995	4,6	4,22
1987	3,7	3,61	1996	5,4	2,66
1988	3,8	-0,05	1997	5,7	3,27
1989	3,3	3,2	1998	7,6	0,22
	5,3	2,35 média		5,4	1,84

FONTE: Conjuntura Econômica Vários Números (1999).

Nota: tabela extraída de SCHLINDWIN, MM e SHIKIDA, P.F. Análise comparativa do desemprego no Brasil as décadas de 80 a 90 indicações e panoramas econômicos. In: ECONOMIA E ENSAIOS. Uberlândia: Editora da Universidade de Uberlândia, 2000 pg. 130.

4.1.COMPORTAMENTO DO NÍVEL DE EMPREGO NO PERÍODO 1990 A 1999 NO BRASIL

A partir de 1990 se percebe que os níveis de empregos nos diversos setores apresentados nas (tabela 4 e 6) vem gradativamente diminuindo, o setor metalúrgico brasileiro teve um decréscimo de 39% na taxa de emprego formal, tal processo tem como característica as mudanças que aconteceram a partir deste período quanto ao aspecto político econômico, implementado pelos até então dirigentes da nação. No início da década de 90 se dá o início a reestruturação da economia com o objetivo da minimização dos custos, através da racionalização da quantidade de trabalho humano despendido no setor produtivo, cuja principal meta era enfrentar a instabilidade econômica e a concorrência do setor externo, inicia-se neste período um grande processo de terceirização da mão de obra, contribuindo para a precarização das condições de sobrevivência do trabalhador.

Em 1991, a economia apresenta indícios de uma leve recuperação com o aumento da produção industrial e uma melhora considerável do produto interno bruto, mas a tendência ao desemprego ainda continua latente perdurando por todo o período de 1992. No ano de 1993 o PIB brasileiro apresenta um pequeno aumento, sinalizando para uma ruptura tendencial ao desemprego, porém, os níveis elevados de desemprego não diminuem a patamares proporcionais ao crescimento da produção industrial e do Produto Interno Bruto, talvez em consequência do aumento da competitividade.

No período de 1994 a economia brasileira sofre um grande impacto causado pela implantação da Unidade Real de Valor (URV), utilizado como indexador da economia até o final do primeiro semestre, sendo substituído logo em seguida pela implantação do Plano Real de caráter estritamente recessivo, impactando negativamente sobre o mercado de trabalho, com uma queda vertiginosa na taxa de ocupação. No ano de 1995 a produção industrial apresenta uma violenta queda, sendo refletida no nível de ocupação, seguida também por uma

redução do Produto Interno Bruto, talvez explicado pela diminuição das exportações e o aumento das importações, talvez em decorrência da abertura comercial em maior proporção inicializado no governo Collor. Como fator positivo pode se dizer que o índice anual de preços teve uma queda brusca do ano 1991 para 1996, de certa forma contribuindo para num primeiro momento aumentar o poder de compra da população (tabela 5).

Todos esses fatores mencionados, explicam a queda da atividade econômica nos diversos setores ao longo da década de 90.

TABELA 4 - VARIACÃO ANUAL DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, TAXA DE DESOCUPAÇÃO E PIB EM % BRASIL 1990-1995.

Anos	Produção industrial	Taxa de desocupação	PIB
1990	-8,9	3,93	-4,3
1991	-2,6	-2,6	0,3
1992	-3,7	-3,7	-0,8
1993	7,5	7,5	4,2
1994	7,6	7,6	5,8
1995	1,7	1,7	4,1
1996	-1,5	-1,5	-----

FONTE: IBGE

1 produção no período janeiro-agosto - 96 comparada a de igual período do ano anterior

2 média dos 12 meses

3 médias dos meses janeiro-agosto-96

----- dado inexistente

TABELA 5 – INDICE ANUAL DE PREÇOS –IGPM- BRASIL –1990/1995

PERIODO	INDICES DE PREÇOS (%)
1991	1699.7
1992	458.35
1993	1174.00
1994	2567.4
1995	869.79
1996	15.24

FONTE: FGV, FIPE E IBGE.

O objetivo do plano econômico Real no que tange ao controle dos níveis inflacionários foi conseguido bem como a estabilização dos preços, porém, com o aprofundamento da crise econômica quanto ao aspecto do ajuste da estrutura econômica. Há, portanto evidências empíricas do aumento do desemprego (Boletim do Bacen, Relatório Anual, v.31, Brasília: DF,1995), pois houve uma redução da base monetária através da política adotada eminentemente recessiva, pois com os juros elevados o nível de investimento foi inibido.

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SUBSETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA BRASIL 1989/1999

SUBSETORES	1990	1991	1992	1993	1994	1996	1996	1997	1998	1999*
TOTAL	99,7	96,1	93,5	93,1	94,2	91,5	90,3	90,2	87,7	87,5
Indústria de Transformação	97,8	91,3	86,5	85,8	87,1	82	79,7	77,7	73,1	72,9
Indústria metalúrgica	88,3	79,4	72	71,2	72,6	67,7	65,8	66,7	61,9	61
Indústria mecânica	87,4	77,4	67,3	65,9	72,6	64,1	60,5	59	54,4	53,2
Indústria mat. Elet.com.	92,8	80,2	68,1	62,7	72,6	60,6	58,8	55,6	50,7	50,2
Indústria mat. Transportes	93,1	82,2	77,7	76,4	72,6	69,8	66	67,8	59,8	58,5
Indústria Quim. prod. Farm.	92,9	85,3	81,1	78,5	72,6	74,8	73,9	72,5	60,9	69,4
Indústria têxtil	95,5	83,3	75,3	76,8	72,6	70,6	68,4	64,1	61,9	62,4
Indústria de calçados	89,5	82,4	91,2	95,1	72,6	87,8	86,3	78,9	76	80,5
Construção civil	97	91	90,3	86,3	72,6	83,7	86,3	83,7	79,8	76,8
Comércio	101,8	97,6	93,1	93,9	72,6	93,5	82,9	94,8	93,5	92,4
Instituições financeiras	96,9	89,1	85	83,1	72,6	75,4	69,8	66,1	62,2	60,6
Transportes e comunic.	100,6	98,4	97	96,4	72,6	95,8	95,2	95	91,7	91,3
Alojamento, alim.rep. div.	102,2	102,7	102,1	103,4	72,6	105,6	107,2	108,9	108,6	108,7

FONTES: MTE/CAGED E RAIS EXTRAÍDO DO TRABALHO DE JORGE MATOSO (1999 P.96).

*REF. MAIO 1999

Passaremos a analisar o que aconteceu em relação à questão da evolução do emprego na RMC no período 1995/97 levando em conta vários aspectos como: desemprego aberto, oculto, faixa etária, PEA, sexo e por fim mostraremos através de dados o comportamento e as tendências do setor metalúrgico de Curitiba entre os anos 1994/97/200.

Fazendo um comparativo entre os dois períodos referidos nas tabelas (7 e 8) se chega a seguinte análise: a taxa total de pessoas desempregadas no ano de

1997 em relação à população econômica ativa da Região Metropolitana de Curitiba era em torno de 13% . No mesmo período em relação ao ano de 1996, a taxa de pessoas desocupadas era de aproximadamente 12% da PEA, se percebe que houve uma variação negativa na taxa total de pessoas sem emprego comparando com os dois períodos em cerca de 14,5% motivada pela elevação do desemprego aberto, que sofreu uma variação de 8% em dezembro de 1996, para 9,6% no mesmo período de 1997, com uma variação de 20% em 1997 na taxa de desemprego aberto.

O desemprego oculto, apesar de ter sofrido uma elevação para 2,7% não teve tanta representatividade no que tange a evolução do nível total de desemprego, registrando níveis de 3,7% e 3,8% no último mês de 1996 e 1997 (tabela 8).

No ano de 1997 se percebe que a taxa de desemprego entre homens e mulheres se elevaram, sendo que para sexo feminino a taxa de desemprego foi maior, chegando a patamares de 13,8%, enquanto que para os homens neste mesmo período se elevou em aproximadamente 12,8%. Apesar de uma pequena diferença se percebe que há uma leve tendência de uma maior evolução do desemprego para as mulheres (tabela 9).

Pelos dados da (tabela 9) fica bem caracterizado que há uma tendência do desemprego em todas as faixas etárias, sendo que as pessoas com idade igual ou superior a 40 anos foram as mais afetadas com um aumento de aproximadamente 21% no período da realização da pesquisa com o período de referência. Entre as pessoas de 25 a 39 anos a porcentagem de desocupados era de 19%, ultrapassando no ano a evolução da taxa de desemprego total, porém em dezembro de 1997 as taxas eram de 8,6 e 10,4 respectivamente, níveis menores ao da taxa total.

Em relação aos adolescentes entre 10 a 17 anos o desemprego alcançava 38% das pessoas entrevistadas em dezembro de 1997. Entre as pessoas de 18 a 24 anos o desemprego girava em torno de 17,8% das pessoas em situação de desemprego em dezembro de 1997 e evolução de 11,3% em sua taxa anual.

O aumento do desemprego neste período foi fomentado pela elevação da População Econômica Ativa, que cresceu de 1.017.000 pessoas em 1996 para 1.052.000 em 1997 com uma variação positiva de 3,4%. O número de desempregados chegava a casas das 35.000 pessoas que procuravam por uma ocupação e que não foi efetivamente absorvida pelo mercado de trabalho, pois a economia criou apenas 13.000 vagas neste período, uma vez que o número de pessoas sem atividades se elevou em 22.000 pessoas. A população ocupada e a desempregada evoluíram respectivamente de 884.000 para 911.100 pessoas (1,4%) e de 119.000 para 141.000 (18,5%) no período em análise (tabela 7).

O principal setor que contribuiu para o aumento de vagas foi o comércio (11,2%), as atividades de serviços domésticos (5,3%), seguidas dos serviços (1,6%). Com relação à geração de empregos na indústria verifica-se que houve queda no nível de empregos, sobretudo nas indústrias de transformação (-5,6%), (tabela 10 e quadro 10).

O rendimento real médio dos trabalhadores ocupados e assalariados no período analisado caiu respectivamente 2,4% e 3% (tabela 11).

TABELA 7 – ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADA E DESEMPREGADA GRANDE CURITIBA - 1995/97 (EM 1.000 PESSOAS).

População Economicamente Ativa			
Período	Ocupados	Desempregados	Total
1995 ⁽¹⁾	884	107	991
Dezembro/96	898	119	1.017
Janeiro/97	894	123	1.017
Fevereiro	887	139	1.026
Março	892	150	1.042
Abril	892	159	1.051
Maio	890	155	1.045
Junho	884	151	1.035
Julho	893	152	1.045
Agosto	900	155	1.055
Setembro	911	152	1.063
Outubro	911	150	1.061
Novembro	915	145	1.060
	911	141	1.052

FONTE: Convênio DIEESE/Seade e IPARDES, SERT/SINE-PR. PED-RMC - Pesquisa de emprego e desemprego.

(1) Média anual.

TABELA 8 - TAXAS DE DESEMPREGO, POR TIPO GRANDE CURITIBA - 1995/97 (EM %).

Período	Aberto	Oculto	Total
1995 ⁽¹⁾	7,2	3,6	10,8
Dezembro/96	8,0	3,7	11,7
Janeiro/97	8,4	3,7	12,1
Fevereiro	9,6	3,9	13,5
Março	10,6	3,8	14,4
Abril	11,2	3,9	15,1
Maio	10,9	3,9	14,8
Junho	10,4	4,2	14,6
Julho	10,3	4,2	14,5
Agosto	10,3	4,4	14,7
Setembro	10,1	4,2	14,3
Outubro	10,1	4,0	14,1
Novembro	9,9	3,8	13,7
Dezembro	9,6	3,8	13,4

FONTE: Convênio DIEESE/Seade e IPARDES, SERTE/SINE-PR. PEDE-RMC-Pesquisa de emprego e desemprego.

(1) Média anual.

TABELA 9 – TAXAS DE DESEMPREGO POR SEXO E IDADE – GRANDE CURITIBA – 1995/1997
EM (%)

Período	Sexo		Idade			
	Homens	Mulheres	10 A 17	18 A 24	25 A 39	40 ou +
1995 ⁽¹⁾	9,8	12,2	32,1	15,6	7,4	5,5
Dez. /96.	10,9	13,0	33,7	16,0	8,7	7,1
Janeiro/97	11,1	13,7	33,8	16,2	9,8	6,7
Fevereiro	12,0	15,6	36,5	18,5	10,8	7,2
Março	12,6	16,8	36,9	21,2	11,2	7,6
Abril	13,1	17,9	39,3	22,2	11,6	8,0
Maiο	12,6	17,8	39,8	22,0	11,2	8,2
Junho	12,8	17,2	39,4	20,6	11,7	8,2
Julho	13,1	16,5	36,7	20,6	11,9	8,4
Agosto	13,5	16,4	37,2	20,2	11,7	9,2
Setembro	13,0	16,1	35,8	20,6	11,1	9,0
Outubro	12,6	16,1	38,3	19,6	10,2	9,5
Novembro	12,3	15,6	39,0	19,0	10,3	8,7
Dezembro	12,3	14,8	38,0	17,8	10,4	8,6

Fonte: Convênio DIEESE/Seade e IPARDES, SERT/SINE-PR. PED-RMC - Pesquisa de emprego e desemprego.

(1) Média anual.

TABELA 10 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO, POR SETOR DA ECONOMIA GRANDE CURITIBA - 1995/97
(BASE: MÉDIA DE 1995 = 100).

Período	Ocupados					Total
	Ind. de transformação	Comércio	Serviços	Construção Civil	Serviços Domésticos	
1995 ⁽¹⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Dezembro/96	100,6	95,3	101,9	113,9	102,8	101,6
Janeiro/97	100,6	96,0	102,1	111,1	98,6	101,1
Fevereiro	98,7	95,3	101,7	106,9	98,6	100,3
Março	98,1	96,0	103,6	102,8	100,0	100,9
Abril	96,8	100,0	101,9	108,3	101,4	100,9
Maio	94,2	94,6	104,5	106,9	101,4	100,7
Junho	92,9	96,6	103,3	105,06	100,0	100,0
Julho	94,2	97,3	105,2	97,2	106,9	101,0
Agosto	96,1	100,7	104,0	97,2	108,3	101,8
Setembro	98,1	101,3	105,5	98,6	108,3	103,1
Outubro	96,1	98,7	105,9	106,9	106,9	103,1
Novembro	96,8	103,4	105,2	108,3	106,9	103,5
Dezembro	95,5	106,0	103,6	109,7	108,3	103,1

FONTE: Convênio DIEESE/ Seade e IPARDES, SERT/SINE-PR. PED-RMC - Pesquisa de emprego e desemprego.

(1) Média anual.

TABELA 11 - ÍNDICE DE EMPREGO, RENDIMENTO MÉDIO REAL E MASSA DE RENDIMENTOS REAIS GRANDE CURITIBA - 1995/97 (BASE: MÉDIA DE 1995 = 100).

Período	Ocupados				Assalariados	
	Emprego	Rendimento real médio	Massa de rendimentos reais	de Emprego	Rendimento real médio	Massa de rendimentos reais
1995 ⁽¹⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Dez. /96.	101,3	102,0	103,3	98,9	101,9	100,9
Janeiro/97	99,8	99,9	99,7	99,8	101,0	100,9
Fevereiro	99,3	99,4	98,7	99,8	98,6	98,4
Março	99,9	97,6	97,5	100,7	99,6	100,3
Abril	101,4	98,9	100,3	100,5	101,7	102,2
Maio	100,9	99,8	100,7	100,0	104,3	104,3
Junho	99,8	99,9	99,6	99,5	105,1	104,5
Julho	100,7	99,7	100,4	100,0	105,2	105,2
Agosto	102,0	98,6	100,5	101,8	104,6	106,5
Setembro	102,9	98,1	100,9	102,6	101,5	104,1
Outubro	103,1	99,4	102,5	102,4	100,7	103,1
Novembro	103,4	99,5	102,9	101,3	98,8	100,0

FONTE: Convênio DIEESE/Seade e IPARDES, SERT/SINE-PR. PED-RMC - Pesquisa de emprego e desemprego.

(1) Média anual.

Obs.: Defletor utilizado: INPC-RM Curitiba/IBGE.

QUADRO 10 - NÚMERO DE EMPREGADOS, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E EVOLUÇÃO PERCENTUAL

Setor economico	1990	%	1991	%	1992	%	1993	%	1994	%	1995	%
Extrativa mineral	1.891	100	1.846	97.77	1.754	92.59	1.786	94.44	1.784	94.34	1.696	89.68
Ind.de transform.	110528	100	108.182	97.87	102.347	92.59	104.593	94.63	109.139	98.74	106.362	96.23
Serv. Ind.Util. Púb.	16.134	100	16.530	102.45	16.854	104.46	16.665	103.29	16.860	104.50	15.443	95.71
Ind. de Constru.	32.701	100	33.002	100.92	31.847	97.38	30.763	94.07	31.482	96.27	31.578	96.56
Comercio	71.387	100	68.802	96.37	68.688	96.21	71.356	99.95	75.363	105.57	74.828	104.82
Serviços	189.195	100	187.925	99.32	191.092	101.100	192.059	101.51	196.531	103.87	198.054	104.68
Administ. Púb.	112.864	100	124.688	110.47	117.950	104.5	117.994	104.54	113.821	100.84	111.734	98.99
Agropecuária	3.831	100	3.984	103.99	2.706	70.63	2.955	77.13	2.997	78.23	2.986	77.94
Outros	48.592	100	57.647	118.63	71.958	148.08	71.955	148.08	72.206	148.59	72.307	148.80
Total	587.123	100	602.609	102.63	605.196	103.07	610.126	103.91	620.183	105.63	614.988	104.74

FONTE: MTB RAIS/ 1985/1999

Lei 4923/65-1993/1995

Base 100 = 1990

TABELA 12- EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA METALÚRGICA RMC, POR SUBSETOR ATIVIDADE E CLASSE DE ATIVIDADE ECONÔMICA da CNAE -1994; 1997; 200.

Subsetor de Atividade e Classe de Atividade Econômica da CNAE	2000			1997			1994			Variação 2000/1994 (%)		
	Empregos	Part. (%)	Salário Médio	Empregos	Part. (%)	Salário Médio	Empregos	Part. (%)	Salário Médio	Empregos	Part. (%)	Salário Médio
Indústria metalúrgica												
Produção de laminados planos de aço	98	0,91	2,76	510	4,98	5,02	84	0,86	3,25	16,67	5,35	-15,08
Produção de laminados não-planos de aço	17	0,16	6,28	263	2,57	11,99	343	3,52	12,29	-95,04	-95,52	-48,90
Produção de ferro, aço e ferros-liga em formas primárias.	3	0,03	2,45	10	0,10	3,24	7	0,07	1,9	-57,14	-61,30	28,95
Produção de relaminados, trefilados e retrefilados de aço -	46	0,43	6,19	6	0,06	2,07	6	0,06	2,05	666,67	592,30	201,95
Fabricação de tubos de aço com costura	248	2,30	5,64	347	3,39	5,4	19	0,19	4,31	1205,2	1078,6	30,86
Fabricação de outros tubos de ferro e aço	17	0,16	3,66	20	0,20	3,76	550	5,64	4,24	-96,91	-97,21	-13,68
Metalurgia do alumínio e suas ligas	509	4,72	3,49	434	4,24	4	90	0,92	4,8	465,56	410,70	-27,29
Metalurgia dos metais preciosos	22	0,20	2,68	18	0,18	3,63	277	2,84	3,02	-92,06	-92,83	-11,26
Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas	213	1,97	3,08	304	2,97	6,62	566	5,81	4,42	-62,37	-66,02	-30,32
Fabricação de peças fundidas de ferro e aço	567	5,25	3,7	525	5,12	4,1	404	4,14	4,02	40,35	26,73	-7,96
Fabricação de peças fundidas de metais não-ferrosos, ligas.	371	3,44	4,35	251	2,45	4,03	350	3,59	4,21	6,00	-4,28	3,33
Fabrç. de estruturas metálicas para edifícios, pontes, torres	849	7,87	4,68	702	6,85	4,25	567	5,82	1,94	49,74	35,21	141,24
Fabricação de esquadrias de metal	522	4,84	2,86	422	4,12	2,86	329	3,38	2,56	58,66	43,27	11,72
Fabricação de obras de caldeiraria pesada	174	1,61	4,85	120	1,17	4,26	7	0,07	2,85	2385,7	2144,6	70,18
Fabris. de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras aqu.	79	0,73	4,45	190	1,85	7,12	248	2,54	1,74	-68,15	-71,24	155,75
Fabrç. de caldeiras geradoras de vapor - exclusive para	0	0,00	---	17	0,17	8,69	57	0,58	5,99	100,00	100,00	---
Produção de forjados de aço	21	0,19	4,55	15	0,15	2,52	0	0,00	---	---	---	---
Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	31	0,29	4,58	27	0,26	3,95	18	0,18	3,23	72,22	55,52	41,80
Fabricação de artefatos estampados de metal	1.464	13,56	4,16	683	6,67	4,77	498	5,11	4,03	193,98	165,46	3,23
Metalurgia do pó	16	0,15	7,03	16	0,16	10,19	11	0,11	8,37	45,45	31,35	-16,01
Têmpera, cementação e tratamento térmico do aço, serv.	743	6,88	3,86	500	4,88	4,19	499	5,12	3,88	48,90	34,45	-0,52
Fabricação de artigos de cutelaria	23	0,21	3,21	0	0,00	-	0	0,00	-	-	-	-
Fabricação de artigos de serralheria - exclusive esquadrias	813	7,53	4,18	541	5,28	4,01	424	4,35	3,73	91,75	73,15	12,06
Fabricação de ferramentas manuais	47	0,44	5,5	53	0,52	4,76	77	0,79	4,15	-38,96	-44,88	32,53
Fabricação de embalagens metálicas	493	4,57	5,32	519	5,06	6,12	388	3,98	4,88	27,06	14,74	9,02
Fabricação de artefatos de trefilados	150	1,39	3,14	111	1,08	2,89	173	1,77	3,42	-13,29	-21,71	-8,19
Fabricação de artigos de funilaria	384	3,56	3,13	556	5,43	3,61	292	3,0	2,52	31,51	18,75	24,21
Fabricação de outros produtos fabricados de metal	2.818	26,11	4,44	2.982	29,10	5,68	3369	34,56	5,48	-16,36	-24,20	-18,98
Fabricação de artefatos de trefilados	150	1,39	3,14	111	1,08	2,89	173	1,77	3,42	-13,29	-21,71	-8,19
Reciclagem de sucatas metálicas	56	0,52	3,45	105	1,02	3,48	94	0,96	3,15	-40,43	-46,20	9,52
Total	10.794	100,0	7,17	10.247	100,0	5,05	9.747	100	4,57	10,74	0,0	-8,75

FONTE: MTE/ RAIS/ DIEESE/ER-PR

Com base nos dados descritos (no quadro 10) é notório que os diversos setores produtivos diminuíram a quantidade de pessoas empregadas, sendo que a indústria de transformação foi um dos setores da economia que menos geraram postos de trabalho, talvez pelo fato de ser um dos setores mais desenvolvidos quanto ao aspecto tecnológico, pois a cada momento surgem equipamentos e máquinas cada vez mais sofisticadas com capacidade de produção maior, contribuindo desta forma para a diminuição considerável do material humano empregado na produção. Outro setor bastante afetado e que extinguiu postos de trabalho, foi o setor agropecuário e o setor de extração mineral.

Com relação ao setor metalúrgico da Região Metropolitana de Curitiba, verifica-se que houve um acréscimo nos números de postos de trabalhos no que tange aos anos em que foi efetivada a pesquisa, com uma variação positiva de (10,74% entre os anos 1994 ao ano 2000, tabela 12), contradizendo ao panorama brasileiro neste setor que sofreu uma variação negativa na quantidade de postos de trabalho, diminuindo em cerca de 30% no período compreendido de 1990 a 1999 (tabela 6).

5 – CONCLUSÃO

Através deste trabalho se constatou que a década de 90 no que tange ao âmbito econômico foi caracterizada por diversos fatores que de certa forma influenciaram os níveis de produtividade e conseqüentemente a quantidade de postos de trabalho. Procurou-se analisar a performance das políticas econômicas dos governos, adotadas neste período de uma forma macroeconômica e, uma vez colocadas em prática pelos então governantes, quais eram os objetivos da implementação de tais medidas e o que isso representou nos níveis de emprego.

Um fator de extrema relevância que passou a vigorar no início da década de 90 no começo do governo Fernando Collor foi à questão de uma maior abertura comercial dos produtos estrangeiros ao mercado nacional, fomentada pela redução brusca da tarifa nominal média que passou de 40% em 1990 para 13% em 1995.

A liberalização da economia brasileira e uma maior abertura comercial implicaram numa extrema necessidade de mudanças de estratégias e ajustes por parte de empresas no sentido de continuarem sobrevivendo à nova realidade, pois com a entrada de produtos estrangeiros, acirrou uma maior competitividade entre os diversos setores produtivos da economia, tendo como conseqüência o aumento de falências e fechamento de inúmeras empresas, bem como a redução de vagas ofertadas pelo empresariado. A combinação de tentativas de combate à inflação, e a reestruturação que se vislumbrava, fez com que aquele período fosse marcado por uma forte recessão e retração da atividade econômica, com uma queda de quase 10% do produto interno bruto e a perda do poder de compra dos salários reais das pessoas.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso ministro da economia do governo anterior, implantou o plano real com objetivo de estabilização econômica, ancorado na sobrevalorização cambial consumiu grande parte das reservas internacionais brasileiras, as dívidas internas e externas aumentaram excessivamente em função da

alta das taxas de juros, em conseqüência houve restrição do crescimento econômico agravando o problema da deterioração das contas públicas. O número de empregados do setor formal caiu em decorrência da reestruturação do setor, houve uma precarização das condições de trabalho, bem como o aumento da vulnerabilidade dos vínculos empregatícios através de vários projetos aprovados pela classe política, as mudanças tecnológicas foram intensas, os níveis de postos de trabalhos foram reduzidos substancialmente especialmente no setor industrial num primeiro momento, processo que atingiu os demais setores da economia.

Uma outra questão é a globalização, sendo atribuída a ela no mundo contemporâneo o processo de desemprego estrutural e o fechamento de inúmeras empresas, além do fim das fronteiras econômicas dos países. Toda esta situação força uma maior obrigação por parte das economias, no sentido de buscarem uma maior produtividade de certa forma para terem possibilidades de competição e um melhor fomento no que tange ao desenvolvimento. A globalização não deixa de ser um processo revolucionário, onde há um rompimento no contínuo histórico de destruição inovadora do passado para a construção de uma nova realidade sobre novas bases, bem como mudança radical de conceitos e padrões condicionantes de processo. O avanço tecnológico no mundo contemporâneo vem atingindo a todos os setores da atividade econômica, tendo como conseqüência uma produtividade cada vez maior e uma redução do emprego em setores mais tradicionais.

As alterações na composição do emprego caminham lado a lado com as transformações relevantes no padrão de exploração e pagamento dos trabalhadores que vendem as suas forças de trabalho, bem como a flexibilização dos contratos trabalhistas e das legislações sociais, enfraquecendo ainda mais a classe trabalhadora no que tange a proteção dos seus direitos, revelando, todavia um maior grau de autonomia por parte das empresas.

A flexibilização dos contratos dos trabalhadores está intimamente correlacionado com a reestruturação das empresas do ponto de vista do pensamento econômico dominante, preconizada com o compromisso cada vez maior no sentido de se produzirem cada vez mais no sentido de conquistarem melhores condições de competitividade e reversão da crise que persegue as economias.

Pode-se concluir com embasamento em diversas literaturas e dados estatísticos, que as políticas econômicas implementadas ao longo dos anos 90, tiveram a sua contribuição negativa na variação dos postos de trabalhos em alguns segmentos produtivos da economia.

O avanço tecnológico, a globalização mundial e uma maior abertura comercial brasileira, forçaram uma reestruturação produtiva por parte dos setores produtivos, a competitividade se intensificou, várias empresas por não possuírem capacidade tecnológica para rapidamente se adaptarem à nova realidade proporcionada por estes fatores acabaram fechando, tendo como consequência o reflexo negativo na quantidade de postos de trabalhos de algumas empresas.

Com relação ao setor metalúrgico da Região Metropolitana de Curitiba, verifica-se que houve um acréscimo nos números de postos de trabalhos no que tange aos anos em que foi efetivada a pesquisa, com uma variação positiva de (10,74% entre os anos 1994 ao ano 2000, tabela 12), contradizendo ao panorama brasileiro neste setor que sofreu uma variação negativa na quantidade de postos de trabalho, diminuindo em cerca de 30% no período compreendido de 1990 a 1999 (tabela 6).

O Estado que teria como obrigação e responsabilidade contornar esta triste realidade que flagela alguns segmentos da população encontra dificuldades, pois se depara com períodos de crise e a difícil opção de procurar equacionar o desemprego no curto prazo ou no longo prazo.

6 – BIBLIOGRAFIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Relatório Anual, v. 31, n. 12, Brasília: DF, 1996.

BAPTISTA JR., Paulo Nogueira. “**O Consenso de Washington- A Visão Neoliberal dos Problemas Latino-americanos**”. São Paulo, Cadernos Dívida Externa, n. 6. (1994).

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Economia Brasileira-Uma Introdução Crítica**. São Paulo, Editora Atlas 34. (1998)

COUTINHO, Luciano. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. 3º. Ed. Editora. Papyrus, Campinas-São Paulo, 1994.

COUTINHO, Luciano. G. ; FERRAZ, J.C. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. São Paulo, Editora Papyrus (1992).

FELDMANN, Paulo Roberto. **A revolução tecnológica e os Novos Paradigmas da Sociedade IPSO**. São Paulo: Atlas (1994).

GALBRAITH, John KENNETH. **O Pensamento Economico em Perspectiva**. Trad. Carlos Malferrari, São Paulo: USP, 1989.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda**. São Paulo: ATLAS (1992).

LONGO, Carlos Alberto. **Políticas de Estabilização e Reforma Estrutural no Brasil**. São Paulo, Centros de Estudos Konrad Adenauer Stiftung, série Pesquisas, n. 2.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Capitalista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas). Primeira Edição em Alemão, 1867.

MATESCO, Virene Roxo; TAFNER, Paulo. **O Estímulo aos Investimentos Tecnológicos: O Impacto Sobre as Empresas Brasileiras** – p.307- 333. Rio de Janeiro: IPEA (1996).

MATTOSO, Jorge. A (des) ordem econômica e FHC. *Teoria e Debate*, São Paulo nº 29 (1995).

PASTORE, José. *Agonia do emprego*. São Paulo: Editora LTR Ltda, 1997.

POCHMAN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado. Exclusão desemprego e precarização no final do século*. 2º ed. São Paulo 1999.

RIFIKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos: O Declínio Inevitável dos Níveis dos Empregos e a Redução da Força de Trabalho Global*. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1995.

SCHNEIDER, Ben Ross. *A Privatização no Governo Collor: Triunfo d Liberalismo ou Colapso do Estado Desenvolvimentista*. *Revista de Economia Política*, vol. 12, n. 1, março São Paulo, Brasiliense.

SCHIMITZ, H. *Automação microeletrônica e o trabalho: a experiência internacional*. São Paulo: Hucitec. P.133. (1988)

SCHIMITZ, Hubert; Carvalho, Ruy de Quadros(orgs.) *Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional*. (1988)

SOARES, Fábio Veras. *Modernização produtiva e relações de trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes – IPEA. (1996)

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição das importações ao capitalismo*. São Paulo Ed. Hucitec, 1996.

ZEBRAL FILHO, Silvério Teles Baeta. *Globalização, desemprego e desigualdades: evidências, mitos e desafios do mercado de trabalho*. Brasília: Ed. Coronádio, 1997.